há limites que não podem ser ultrapassados sem que avulte a falta de lógica dos que governam, o desinteresse pelas doutrinas que defendem e uma condescendência indesculpável para com aqueles que procuram destruir as próprias Instituições.

Todas estas circunstâncias reclamam a intervenção legal, que neste momento se julga oportuna, e assim:

Usando da faculdade conferida pela 2.^a parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Nenhum jornal diário poderá publicar, em relação à série de números de cada semana, mais de 70 páginas, ou o equivalente em cada mês, do maior formato utilizado à data deste decreto, salvo as de qualquer número extraordinário para que seja concedida autorização especial. É inteiramente livre a distribuição do número de páginas permitido pelos dias da semana ou do mês.

§ 1.º Para o efeito do número de páginas a que se refere este artigo não se contará o espaço superior a uma página semanal, ou o correspondente no mês, ocupado por notas officiosas do Governo, acrescentando-se nesta hipótese ao número fixado o espaço tomado por essas notas arredondado para a unidade imediatamente superior.

§ 2.º O Ministro do Interior poderá anualmente fazer a revisão do número de páginas fixado no corpo deste artigo, em harmonia com as necessidades, devidamente justificadas, da expansão da imprensa periódica, entendendo-se extensiva a todos os jornais a concessão feita a um deles.

Art. 2.º Nenhuma publicação, periódica ou não, mas sujeita por lei ao regime de censura prévia, poderá ser fundada sem que seja reconhecida a idoneidade intelectual e moral dos responsáveis pela publicação, e sem que tenha sido feita prova suficiente dos meios financeiros da respectiva empresa. Entender-se-á que os não possui a empresa que, por meio de depósito, fiança ou aval bancário, não preste a garantia suficiente dos salários e ordenados ou correspondentes despesas de colaboração, composição, revisão e impressão, durante o prazo de seis meses.

Art. 3.º Aplica-se o disposto no artigo anterior às publicações da mesma natureza que não estejam sendo impressas e distribuídas em harmonia com as regras da sua periodicidade, salvo quanto aos números publicados para garantia do título em harmonia com a lei.

Art. 4.º A Direcção dos Serviços de Censura enviará no prazo de um mês, a contar da data da publicação deste decreto, a todas as estações oficiais que fazem habitualmente publicar anúncios relativos aos seus serviços, bem como às empresas concessionárias nas mesmas condições, nota dos jornais em que tais anúncios podem ser publicados.

§ 1.º A publicação de anúncios em contrário das indicações dadas constitue crime de desobediência e sujeita portanto os funcionários responsáveis a pena disciplinar.

§ 2.º A lista referida no corpo deste artigo pode ser posteriormente aditada ou corrigida.

Art. 5.º A Direcção dos Serviços de Censura pode opor-se ao uso de qualquer denominação de jornal, boletim, revista ou outra publicação que possa induzir o público em erro acerca das doutrinas sociais ou políticas ali habitualmente defendidas.

Art. 6.º Ficam sujeitas a autorização as mudanças de título das publicações periódicas.

Art. 7.º É proibida a entrada em Portugal, a distribuição e a venda de jornais, revistas e quaisquer outras publicações estrangeiras que contenham matéria cuja divulgação não seria permitida em publicações portuguesas.

Art. 8.º As autorizações a que este decreto se refere são da competência da Direcção dos Serviços de Censura, e da sua denegação há recurso para a Junta de Recurso ou para o Ministro do Interior, como fôr determinado em regulamento.

Art. 9.º As transgressões cometidas pelos responsáveis por quaisquer publicações sujeitas a censura serão punidas com as penas de multa progressiva até 5.000\$, suspensão até cento e oitenta dias e supressão das publicações, que serão aplicadas pela Direcção dos Serviços de Censura na forma que constará do regulamento.

§ único. Haverá recurso, nos termos da parte final do artigo anterior, quando as penas aplicadas sejam as de suspensão e supressão das publicações ou a de multa superior a 3.000\$.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 14 de Maio de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa — Manuel Ortins de Bettencourt — Armando Rodrigues Monteiro — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

Decreto-lei n.º 26:590

Usando da faculdade conferida pela 2.^a parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Dentro do prazo fixado no § único do artigo 33.º do decreto n.º 25:502, de 14 de Junho de 1935, poderão os inquilinos de prédios urbanos, com arrendamentos anteriores a 31 de Dezembro de 1925, e desde que os senhorios ainda não tenham reclamado, requerer à Direcção Geral das Contribuições e Impostos a avaliação do prédio ou parte do prédio que ocupem, quando julgarem excessiva a diferença do rendimento colectável a que se refere o artigo 44.º do mesmo decreto.

Art. 2.º Para que possa ser autorizada a avaliação, é indispensável que seja ouvida a comissão permanente de avaliação e que do seu parecer não resulte diminuição de valor locativo inferior a 20 por cento do que estiver inscrito na caderneta ou matriz.

Art. 3.º Autorizada a avaliação, esta será feita pela comissão permanente de outro concelho ou bairro, indicada pela Direcção Geral.

§ único. O requerente só poderá indicar louvado no caso de segunda avaliação.

Art. 4.º Se o valor locativo não baixar em importância superior a 33 por cento, todas as despesas com o parecer da comissão e as da avaliação ficarão a cargo do requerente.

Art. 5.º Se a reclamação fôr atendida, serão notificados o reclamante e o senhorio da decisão proferida, passando-se novo certificado; se a elle houver lugar, e bem assim título de anulação a favor do senhorio.

Art. 6.º É designado o mês de Janeiro de cada ano para a entrega das requisições de certificados a que alude o n.º 1.º da portaria n.º 8:279, de 18 de Novembro de 1935, não tendo o senhorio direito a elles se a requisição não fôr apresentada dentro do referido mês.

Art. 7.º É elevado a trinta dias o prazo mencionado no § único do artigo 44.º do decreto n.º 25:502.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 14 de Maio de 1936.—
ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Junta de Electrificação Nacional

Decreto n.º 26:591

Sendo indispensável actualizar o regulamento de segurança dos ascensores e monta-cargas eléctricos constituído pelo decreto n.º 9:940, de 28 de Julho de 1924;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º O estabelecimento de ascensores e monta-cargas eléctricos ou de comando eléctrico deverá satisfazer às disposições do regulamento anexo a este decreto, que dêle faz parte integrante e que baixa assinado pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

Art. 2.º Nos ascensores e monta-cargas já instalados à data da publicação deste decreto deverá a fiscalização do Governo impor as normas de segurança deste regulamento desde que da sua execução não resultem encargos excessivos.

§ único. Das imposições da fiscalização do Governo, em relação aos ascensores e monta-cargas já montados nesta data e não previstas nos regulamentos anteriores, há recurso para o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, ouvida a 5.ª secção do Conselho Superior de Obras Públicas.

Art. 3.º A infracção às disposições deste regulamento será punida com a multa de 50\$ a 500\$.

Art. 4.º Fica revogado o decreto n.º 9:940, de 28 de Julho de 1924.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 14 de Maio de 1936.—
ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches*.

Regulamento de segurança dos ascensores e monta-cargas eléctricos

CAPÍTULO I

Definições

Artigo 1.º O presente regulamento applica-se aos ascensores e monta-cargas de tracção eléctrica ou comando eléctrico, instalados em lugares públicos ou particulares.

§ único. Todas as prescrições são igualmente applicáveis a ascensores e monta-cargas, excepto quando se faça menção expressa dos casos da sua applicação.

Art. 2.º Para os efeitos deste regulamento são considerados ascensores todos os dispositivos destinados ao transporte de pessoas em direcção vertical ou próxima da vertical, e monta-cargas todos os dispositivos desti-

nados ao transporte de mercadorias na mesma direcção, com exclusão dos sistemas continuos do tipo nora e semelhantes.

§ único. Designam-se por monta-cargas acompanhados, aqueles em que a mercadoria é normalmente acompanhada por pessoal; designam-se por monta-cargas não acompanhados, aqueles em que a mercadoria é transportada sòzinha.

Art. 3.º Denomina-se cabina a câmara ou plataforma dos ascensores ou monta-cargas onde se colocam as pessoas ou mercadorias a transportar.

Art. 4.º Denomina-se caixa do ascensor ou monta-cargas o espaço destinado à instalação das guias e à passagem da cabina, com pesos e cabos de suspensão.

CAPÍTULO II

Órgãos de tracção

Art. 5.º O motor e o aparelho de elevação devem ser montados em local acessível, que permita a fiscalização, conservação e substituição fáceis de todas as peças. Esse local será vedado ao público.

Art. 6.º Os órgãos de suspensão dos cabos, quer sejam o próprio aparelho de elevação, se este estiver montado na parte superior, quer sejam simples rodas de gornes, se aquele tiver outra posição, devem estar apoiados nas vigas que os suportam e não suspensos delas.

§ único. Quando as dimensões da construção já existente não permitam a disposição indicada no corpo deste artigo, será permitido que os órgãos de suspensão dos cabos fiquem suspensos das vigas, mediante parecer favorável da fiscalização do Governo.

Art. 7.º O motor eléctrico bem como todo o aparelho de elevação, guias e outras partes metálicas devem ter entre si uma ligação condutora perfeita, ficando o conjunto ligado à terra.

Art. 8.º O aparelho de elevação deverá ser provido de um freio eléctrico permanentemente apertado por molas ou pesos, excepto nos períodos de marcha, em que será aberto electricamente.

§ único. No caso de existir união elástica entre o motor e a roda de passagem dos cabos, o freio deve estar colocado do lado da roda dos cabos e não do lado do motor.

Art. 9.º Nos ascensores e monta-cargas acompanhados, a diferença de nível verificada, nas paragens, entre o pavimento da cabina e o piso dos patamares não deve ser superior a 5 centímetros.

§ único. Nos mesmos ascensores e monta-cargas deverá haver interruptores de fim de curso, que desliguem automaticamente os circuitos do motor e do freio quando a cabina ultrapasse qualquer dos limites normais do curso, superior ou inferior.

Art. 10.º Na base da caixa dos ascensores e monta-cargas acompanhados deverão existir amortecedores destinados a amortecer o choque da cabina, caso esta ultrapasse o interruptor de fim de curso. Iguais amortecedores deverão ser previstos no contrapêso. O comprimento dos cabos será determinado de modo que, no caso de não funcionarem os interruptores de fim de curso, a cabina ou os contrapesos encostem aos respectivos amortecedores antes que qualquer outro órgão móvel atinja as vigas da parte superior.

Art. 11.º Será sempre previsto um dispositivo que permita, no caso de falta de corrente eléctrica, mover manualmente os ascensores ou monta-cargas, sendo porém proibido o emprêgo de manivelas.

Art. 12.º Nos ascensores e monta-cargas acompanhados a tracção será feita obrigatoriamente por cabos de aço flexíveis, sem emendas, não sendo permitido o uso de cadeias.